

DOCUMENTO

CARTA DA ANFOPE na ANPED 2021

Os associados da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope, reunidos durante a 40ª Reunião Nacional da Anped, de forma remota, manifestam publicamente as posições da entidade, seus entendimentos sobre as pautas e lutas diante da conjuntura atual, marcada por intenso retrocesso.

Na oportunidade, não só reafirmamos nossas bandeiras históricas de luta pela formação e valorização docente, pela defesa da escola pública, como a necessidade de enfrentar questões fundamentais que ameaçam, efetivamente, a população brasileira como um todo, e mais especificamente, o(a)s trabalhadoras(es) da educação. Destacamos, dentre estes ataques a necropolítica, negacionista e genocida, adotada pelo governo federal, que além de ocasionar mais de 600 mil óbitos pela COVID-19, ampliou o desemprego e a inflação, e, conseqüentemente, precarizou ainda mais as condições de vida da população, e a fome já atinge 27,4 milhões de brasileiros.

Entendemos que o enfrentamento às políticas ultraliberais e à contra-reforma empresarial da educação, com seus impactos danosos, especialmente a vinculação dos currículos da educação básica e dos cursos de licenciatura à BNCC, requer que intensifiquemos a luta em defesa do estado democrático de direito em nosso país

Entendemos, também, a necessidade da luta em defesa do serviço público, e contra a PEC 32/2020, assim como contra a redução do Estado e dos direitos sociais, em meio a luta de classes, que se acirra pelo favorecimento do capital financista e do empobrecimento das(os) trabalhadoras(es), acompanhado de toda barbárie e violência

Nossa indignação também se dirige ao escandaloso ataque à ciência brasileira, com o corte drástico de recursos – retirando os R\$ 690 milhões já previstos no PLN 16/2021, com implicações funestas para a estrutura científica, especialmente, nas Universidades públicas, afetando pesquisadoras(es), professoras(es), técnicas(os) e

estudantes. A Anfope se insurge contra esse desmonte, que afeta a produção e divulgação de conhecimento, condição de afirmação da soberania nacional, assim como a ciência e a educação, que dão significado social ao uso da tecnologia.

Durante o encontro, reafirmamos a importância do debate e mobilização dos cursos de licenciatura em resistência às propostas descaracterizadoras, contidas na Resolução CNE/CP n. 2/2019, bem como na Resolução CNE/CP 1/2020, na BNCC da Educação Básica e no Parecer CNE/CP 4/2021. Também, destacamos a necessidade de estarmos atentos aos processos de precarização e intensificação do trabalho docente, com a adoção do ensino remoto e agora do ensino híbrido, proposto junto com a retomada do ensino presencial. Uma preocupação recorrente, é que o retorno presencial deve assegurar as condições de funcionamento, para evitar ameaças à saúde e à vida das comunidades acadêmicas e escolares e maior precarização das condições de trabalho e estudo.

Ao concluir, destacamos alguns de nossos pontos de luta permanente:

- A revogação imediata da Resolução CNE/CP n. 2/2019 e da Resolução CNE/CP n. 1/2020 e a suspensão da tramitação do Parecer do CNE/CP n. 4/2021 que institui a Matriz para Diretores Escolares;
- a defesa da Autonomia universitária, assegurada constitucionalmente, hoje ameaçada pelas ações intervencionistas na gestão, pelos cortes de recursos e bolsas e pela imposição de absurda padronização curricular na organização dos seus cursos,;
- a reafirmação dos princípios da **base comum nacional da ANFOPE**, construída historicamente pelos educadores, que representa a ruptura com a ideia de currículo mínimo que predominou, e ainda predomina, na organização dos cursos de graduação. Ao mesmo tempo, essa concepção se constitui instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão do magistério, permitindo contrapor às proposições da BNC de Formação da Resolução CNE/CP n. 02.2019 e da BNC da Formação Continuada Resolução CNE/CP n. 01.2020;
- a defesa da docência como base da identidade de todo/a professor/a, que possui o trabalho pedagógico, escolar e não escolar, como o eixo da sua formação. A docência compreendida ação educativa e processo pedagógico intencional, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, valores éticos, políticos e estéticos. É a ação docente o fulcro do processo formativo dos profissionais da educação, ponto de inflexão das demais ciências que dão o suporte conceitual e metodológico para a investigação e a intervenção nos múltiplos processos de formação humana.

- o fortalecimento das faculdades, centros, institutos, departamentos de educação, no interior das Universidades e Institutos Federais, em seu compromisso e responsabilidade acadêmica e científica na produção de conhecimento na área da educação e da formação de professores/as, em seus cursos de graduação e de pós-graduação, bem como no trabalho articulado com as demais licenciaturas, garantindo a formação plena de todos os estudantes que se formam professores/as;
- a definição de uma política nacional de formação e valorização dos/as profissionais da educação, que contemple a formação inicial e continuada, condições de trabalho dignas, carreira e salário justo como condições da melhoria da qualidade social da Educação Básica.

Nesse momento tão crítico para a educação nacional, nos posicionamos em defesa da vida, da democracia, da educação pública e da formação e valorização dos profissionais da educação. Resistimos!

18 de outubro de 2021

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
